

Declaração de Proteção de Dados da WILO SE

A. Nome e morada do Responsável pelo Tratamento de Dados

Para efeitos do Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD) e outras leis nacionais em matéria de proteção de dados nos Estados Membros e outras disposições sobre a proteção de dados, o Responsável pelo Tratamento dos Dados é:

*Bombas WILO-Salmson Portugal, Lda
Via Central de Milheirós, 307
Armazém G
4475-330 Maia*

*Telefone: T +351 22 208 03 50
E-mail: bombas@wilo.pt
Website: www.wilo.pt*

O Responsável pelo Tratamento dos Dados nomeou o Encarregado de Proteção de Dados seguinte:

*O Encarregado de Proteção de Dados da Bombas WILO-Samson Portugal, Lda.
Domingos Faria
Via Central de Milheirós, 307
Armazém G
4475-330 Maia
E-mail: data-privacy.pt@wilo.com*

B. Informações gerais sobre o tratamento de dados

1. Âmbito do tratamento dos dados pessoais

Apenas recolhemos e usamos os dados pessoais dos nossos utilizadores na medida necessária a garantir uma página web, conteúdos e serviços operacionais. Apenas recolhemos e usamos os dados pessoais dos nossos utilizadores depois de obter o consentimento destes. Aplica-se uma exceção nos casos em que não é possível obter o consentimento por parte do utilizador por razões factuais e o tratamento dos dados for permitido por lei.

2. Base jurídica para o tratamento dos dados pessoais

A al. (a) do nº 1 do artigo 6º do RGPD serve de base jurídica se obtivermos o consentimento do titular dos dados para tratamento dos dados pessoais.

A al. (b) do nº 1 do art. 6º do RGPD serve de base jurídica para o tratamento dos dados pessoais necessários para celebrar um contrato no qual o titular dos dados é Parte. O mesmo se aplica às operações de tratamento necessárias para a implementação de medidas pré-contratuais.

A al. (c) do nº 6 do art. 6º do RGPD serve de base jurídica quando o tratamento dos dados pessoais é necessário para cumprir obrigações jurídicas a que a nossa empresa esteja sujeita.

A al. (d) do nº 1 do artigo 6º do RGPD serve de base jurídica nos casos em que os interesses vitais do titular dos dados ou outra pessoa singular exijam o tratamento dos dados pessoais.

A al. (f) do nº 6 do art. 6º do RGPD serve de base jurídica quando o tratamento dos dados pessoais é necessário para salvaguardar interesses legítimos da nossa empresa ou de terceiros que prevalecem sobre os interesses, direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados.

3. Apagamento de dados e período de conservação

Os dados pessoais do titular dos dados são apagados ou bloqueados logo que deixem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua conservação. Podem ser conservados durante períodos mais longos, caso previsto pelo legislador europeu ou nacional nas diretivas, leis ou outras disposições pertinentes que se aplicam ao responsável pelo tratamento dos dados. Os dados também são apagados ou bloqueados após decorrido o período de retenção, exceto quando há a necessidade de conservar os dados para celebrar ou executar um contrato. Os dados que conservamos incluem, nomeadamente:

- Ficheiros log durante um período máximo de 14 dias
- Bases de dados para acessos durante o período de existência da conta
- Universal Messenger durante um período de três meses
- Commertools durante o período da transação legal e os respetivos períodos obrigatórios de retenção.

C. Disposições da página web e geração de ficheiros log

1. Descrição e âmbito do tratamento de dados

O nosso sistema recolhe automaticamente os dados e as informações do computador que acede, sempre quando um utilizador visita a nossa página web.

São recolhidos os dados seguintes:

- (1) Informação sobre o tipo de navegador e a versão usada
- (2) O sistema operativo do utilizador
- (3) O prestador de serviços internet do utilizador
- (4) O endereço IP do utilizador
- (5) A data e a hora do acesso
- (6) Páginas web a partir das quais o utilizador foi encaminhado para a nossa página web
- (7) Páginas web acedidas pelo sistema do utilizador através da nossa página web
- (8) Duração da visita do utilizador
- (9) O país de origem do utilizador
- (10) O idioma preferido do utilizador
- (11) Hora da primeira visita do utilizador e visita mais recente

Estes dados também são guardados nos ficheiros log do sistema. Não guardamos estes dados juntamente com os outros dados pessoais do utilizador.

2. Base jurídica para o tratamento de dados

A base jurídica para a conservação temporária dos dados e ficheiros log pode ser consultada na al. (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

3. Finalidade do tratamento de dados

A conservação temporária do endereço IP pelo nosso sistema é necessária para abrir a página web no computador do utilizador. Assim sendo, o endereço IP tem de ser conservado enquanto durar a sessão.

A conservação dos dados em ficheiros log visa garantir o funcionamento correto da nossa página web. Os dados também são usados para otimizar a página web e para salvaguardar a segurança dos nossos sistemas informáticos.

Estas finalidades representam o nosso interesse legítimo no tratamento de dados conforme a al. (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

4. Duração da conservação

Os dados são apagados logo que alcançada a finalidade que motivou a sua conservação. Nos casos onde os dados são recolhidos para funcionamento da página web, logo que a respetiva sessão termine.

Se os dados forem conservados em ficheiros log, após um período máximo de 14 dias. Em determinadas circunstâncias, os dados podem ser conservados durante períodos mais longos. Neste caso, os endereços IP do utilizador são apagados ou eliminados, já não sendo possível rastreá-los até ao cliente que acedeu.

5. Direito de oposição e contestação de uma decisão

A recolha de dados para disponibilização da página web e a conservação dos dados em ficheiros log é absolutamente essencial para o funcionamento da página web. Ou seja, os utilizadores não se podem opor a esta recolha e à conservação dos dados.

D. Uso de cookies

1. Descrição e âmbito do tratamento de dados

A nossa página web usa cookies. Os cookies são ficheiros de texto conservados no navegador de internet ou pelo navegador de internet no sistema do computador do utilizador. Quando um utilizador visita uma página web, os cookies podem ser colocados localmente no dispositivo do utilizador. Este cookie contém uma sequência de caracteres que é um código único de identificação do navegador que será reconhecido quando voltar a visitar a página web.

Usamos cookies para tornarmos a nossa página web mais acessível. Alguns elementos da nossa página web exigem que o navegador que acede possa ser identificado mesmo após abandonar a página.

Os cookies conservam e transmitem os dados seguintes:

- (1) Itens no carrinho de compras
- (2) Informações de acesso
- (3) Informações de chat
- (4) Mecanismos de segurança para formulários (XSRF)
- (5) Itens da lista de desejos
- (6) Serviços Google Analytics
- (7) Verificação geral do Pixel do Facebook
- (8) Integração do Google Maps
- (9) Dados do Universal Messenger para uma experiência concentrada no grupo-alvo
- (10) Integração de clips do YouTube

A nossa página web também usa cookies que permitem uma análise da navegação do utilizador e da utilização da página web.

Podem ser transferidos os dados seguintes:

- (1) Termos de busca introduzidos
- (2) Visualizações da página
- (3) Uso das funções da página web

Os dados recolhidos do utilizador são pseudonimizados através de meios técnicos. Depois os dados já não podem ser rastreados até ao utilizador que acedeu. Os dados não são juntados a outros dados pessoais do utilizador.

Ao aceder à página web, os utilizadores são informados sobre o uso de cookies para fins de análise por um banner de informação, que também remete para esta declaração de proteção de dados. Isto inclui informação sobre como evitar a colocação de cookies alterando as definições do navegador.

2. Base jurídica para o tratamento de dados

A base jurídica para o tratamento de dados que envolvem o uso de cookies pode ser consultada na al. (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

3. Finalidade do tratamento de dados

A finalidade de usar cookies estritamente necessários é a de tornar a página web mais amigável ao utilizador. Algumas das funcionalidades oferecidas na nossa página web podem não estar

disponíveis se os cookies estiverem desativados. Estas funcionalidades dependem do reconhecimento do navegador depois de este abandonar a página web.

As aplicações seguintes precisam do uso de cookies:

- (1) Funções de compras (p. ex. carrinho de compras)
- (2) Funções de rastreamento (p. ex. país de origem)

Os dados do utilizador recolhidos por cookies estritamente necessários não são usados para gerar perfis do utilizador.

Os cookies de análise são usados exclusivamente com a finalidade de melhorar a qualidade da nossa página web e do seu conteúdo. Os cookies de análise dão-nos informações sobre como a página web é usada e sobre como podemos melhorar continuamente os nossos serviços.

Estas finalidades representam o nosso interesse legítimo no tratamento de dados conforme a al. (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

4. Duração de conservação, direito de oposição e contestação de uma decisão

O computador do utilizador conserva e transmite os cookies para a nossa página web. Ou seja, os nossos utilizadores têm controlo total sobre o uso de cookies. Pode desativar ou limitar a transmissão de cookies alterando as definições do seu navegador de internet. Os cookies que já foram colocados podem ser apagados em qualquer altura. Esta função também pode ser definida como automática. Pode não ter acesso total às funções oferecidas pela nossa página web se os cookies estiverem desativados.

E. Newsletter

1. Descrição e âmbito do tratamento de dados

A nossa página web oferece aos utilizadores a possibilidade de subscreverem uma newsletter grátis. Os dados introduzidos no formulário de registo ser-nos-ão transmitidos.

Durante o registo também são recolhidos os dados seguintes:

- (1) Endereço IP do computador que acede
- (2) Data e hora do registo

O seu consentimento para o tratamento de dados é obtido durante o processo de registo, onde também é encaminhado para esta Declaração de Proteção de Dados.

Caso nos submeta o seu endereço de email durante a compra de produtos ou serviços através da nossa página web, poderemos subsequentemente usar estes dados para enviar a nossa newsletter. Neste caso, a newsletter conterá apenas publicidade direta de produtos ou serviços semelhantes oferecidos pela nossa empresa.

Os dados não são divulgados a terceiros como parte do tratamento de dados relacionado com o envio de newsletters. Os dados são usados exclusivamente para enviar a newsletter.

Também usamos o rastreamento das newsletters, ou seja, os emails que enviamos contêm pequenos ficheiros de imagens, também chamados web beacons ou tracking pixels, que se encontram incorporados nos emails, mas não estão diretamente contidos neles (só como link para um endereço web). Estes são descarregados do servidor externo por uma aplicação de correio eletrónico a correr no navegador. É recolhida a informação sobre o call-up, o endereço IP e a informação sobre o cliente que acede.

2. Base jurídica para o tratamento de dados

A base jurídica para o tratamento de dados, depois de o utilizador subscrever a newsletter e dar a sua declaração de consentimento para a utilização destes dados, encontra-se na al. (a) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

A base jurídica para enviar a newsletter após a venda de bens ou serviços encontra-se no nº 3 do parágrafo 7º da UWG (lei alemã sobre concorrência desleal).

O rastreamento da newsletter também se baseia na al. (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

3. Finalidade do tratamento de dados

A recolha do endereço de email do utilizador tem a finalidade de entregar a newsletter.

O rastreamento do serviço de newsletter tem a finalidade de efetuar uma análise estatística para verificar quantos emails são lidos e quando e quais os links acedidos frequentemente. Neste caso, o uso não permite a interferência de pessoas. Esta informação é usada para otimizar o conteúdo da newsletter ou para melhor adaptar a newsletter aos clientes de email usados pelos destinatários.

A recolha de outros dados pessoais durante o processo de registo tem a finalidade de impedir o uso indevido de serviços ou dos endereços de email.

4. Duração da conservação

Os dados são apagados logo que alcançada a finalidade da sua conservação. Assim, o endereço de email do utilizador será conservado durante o tempo em que o utilizador subscrever a newsletter. Os dados de análise são apagados volvidos três meses.

Regra geral, quaisquer outros dados pessoais recolhidos durante o processo de registo são apagados volvidos sete dias.

5. Direito de oposição e contestação de uma decisão

A subscrição da newsletter pode ser cancelada (anulada) pelo utilizador em qualquer altura. Todas as newsletters contêm um link para cancelar a subscrição.

Aqui o utilizador também tem a possibilidade de revogar o seu consentimento para a conservação dos dados pessoais recolhidos durante o processo de registo.

F. Registo

1. Descrição e âmbito do tratamento de dados

A nossa página web propõe o registo ao utilizador, solicitando-lhe os dados pessoais. Os dados são introduzidos num formulário, são-nos transmitidos e depois são conservados por nós. Os dados não são divulgados a terceiros, exceto quando esteja envolvido um serviço de processamento de pagamento numa transação e-commerce. Durante o processo de registo são recolhidos os dados seguintes:

- (1) Nome próprio
- (2) Apelido
- (3) Endereço de email
- (4) Palavra passe
- (5) Morada
- (6) Código postal
- (7) Cidade
- (8) Data de nascimento
- (9) Número de telefone
- (10) Número de fax
- (11) Número de contribuinte
- (12) Empresa
- (13) Página web da empresa

Durante o registo são conservados os dados adicionais seguintes:

- (1) Data e hora do registo

- (2) Data e hora da confirmação do registo
- (3) Data e hora do consentimento da Declaração de Proteção de Dados
- (4) Página web onde foi efetuado o registo

O consentimento do utilizador para o tratamento destes dados é obtido durante o processo de registo.

Estes dados também são recolhidos durante uma transação e-commerce. Neste caso, pode acontecer que dados possam ser divulgados a terceiros. A Wilo contratou a BS PAYONE para fornecer serviços de processamento de pagamento para transações sem dinheiro através de cartões de crédito/débito.

Ou seja, a BS PAYONE assume a função de responsável pelo tratamento de dados para efeitos do nº 7 do art. 4º do RGPD.

2. Base jurídica para o tratamento de dados

A base jurídica para o tratamento de dados com o consentimento por parte do utilizador consta na al. (a) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

Caso o registo tenha a finalidade de celebrar um contrato com o utilizador ou implementar medidas pré-contratuais, a base jurídica para o tratamento de dados também é a al. (b) do nº 1 no art. 6º do RGPD.

O tratamento dos dados durante uma transação e-commerce baseia-se na al. (b) do nº1 do art. 6º do RGPD.

3. Finalidade do tratamento de dados

O registo do utilizador é necessário para o fornecimento de determinado conteúdo ou prestação de determinados serviços na nossa página web. Também pode ser necessário o utilizador ter de registar-se para celebrar um contrato com ele ou para implementar medidas pré-contratuais.

4. Duração da conservação

Os dados são apagados logo que alcançada a finalidade da sua conservação.

No que respeita aos dados recolhidos durante o processo de registo, aplica-se quando o registo na nossa página web é cancelado ou alterado.

Os dados necessários para a celebração de um contrato ou para implementação de medidas pré-contratuais também podem ser apagados se os dados deixarem de ser precisos para celebrar o contrato. Pode ser necessário conservar os dados pessoais de uma parte contratual mais tempo do que necessário para celebrar um contrato com a finalidade de cumprir obrigações legais ou contratuais. Ou seja, logo que um utilizador peça o apagamento da sua conta, os dados indicados em F. 1. serão apagados; a menos que contrário a uma lei que exija que a Wilo retenha os dados (p. ex. períodos de conservação obrigatórios).

5. Direito de oposição e contestação de uma decisão

Os utilizadores podem cancelar o seu registo em qualquer altura. Pode, em qualquer altura, pedir-nos a alteração dos seus dados que nós conservamos. Pode atualizar os dados do seu perfil em myWilo em qualquer altura.

Se os dados forem necessários para a execução de um contrato ou para implementação de medidas pré-contratuais, os dados só podem ser apagados antes se tal apagamento não for contrário a obrigações legais.

G. Formulário de contacto e contacto por email

1. Descrição e âmbito do tratamento de dados

A nossa página web disponibiliza um formulário de contacto que pode ser usado para nos enviar correspondência eletrónica. Um formulário semelhante pode ser usado para inscrição num os cursos de formação oferecidos pela Wilo ou por empresas parceiras. Os dados introduzidos nestes formulários ser-nos-ão transmitidos e conservados por nós. Estes são os dados que aparecem na máscara de entrada.

Por altura da submissão do formulário, são conservados os dados adicionais seguintes:

- (1) O endereço IP do utilizador
- (2) O idioma e o URL da página acedida
- (3) O navegador e o sistema operativo do utilizador
- (4) A página web de referência do utilizador
- (5) Data e hora do contacto

No que respeita ao tratamento dos seus dados, os utilizadores são encaminhados para a Declaração de Proteção de Dados quando submetem o formulário e têm de aceitar e confirmar o seu consentimento em relação à Declaração de Proteção de Dados.

Em alternativa, os utilizadores podem contactar-nos através do endereço de email fornecido. Neste caso, os dados pessoais do utilizador transmitidos no email são conservados.

Os dados não são divulgados a terceiros neste contexto. Os dados são usados exclusivamente para processar a correspondência, a menos que usemos empresas contratadas para a execução dos nossos serviços, p. ex. para serviços de reparação que não são prestados diretamente pelo nosso serviço de apoio ao cliente e que precisem dos dados para prestar os seus serviços.

2. Base jurídica para o tratamento de dados

A base jurídica para o tratamento de dados submetidos através do formulário de contacto consta na al. (a) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

A base jurídica para o tratamento de dados transmitidos através de email consta na al. (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD. Se o objetivo do tratamento de dados for celebrar um contrato, p. ex. fazer uma encomenda com o serviço de apoio ao cliente, o tratamento de dados também se baseia na al. (c) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

A base jurídica para a conservação de informação sobre os participantes nos cursos encontra-se na al. (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

3. Finalidade do tratamento de dados

Tratamos exclusivamente os dados pessoais submetidos através de um formulário online para processamento do pedido do utilizador. No caso do contacto através de email, isto também inclui o interesse legítimo necessário em matéria de tratamento de dados. Caso se inscreva num curso de formação, os dados pessoais submetidos por si serão usados para realizar e organizar cursos de formação.

Quaisquer outros dados pessoais processados durante o processo de submissão servem para prevenir o uso indevido do formulário de contacto e para salvaguardar a segurança dos nossos sistemas informáticos.

4. Duração da conservação

Os dados são apagados logo que alcançada a finalidade da sua conservação. Os dados pessoais introduzidos no formulário online não são conservados nos nossos servidores. Os dados enviados por email são apagados depois de concluída a correspondência com o utilizador. A correspondência é entendida como concluída quando as circunstâncias indicarem que o respetivo pedido ficou resolvido.

Se nos enviar um formulário para o nosso serviço de apoio ao cliente, contactá-lo-emos usando o processo de opt-in (dupla confirmação). Se responder ao email de contacto, os dados serão apagados no prazo de 24 horas. Se não recebermos uma resposta sua relativamente ao email de contacto, iremos reter o seu pedido durante um período de duas semanas para permitir que faça a encomenda que já nos submeteu.

Os seus dados referentes à inscrição nos cursos de formação ou outros eventos dos clientes podem ser retidos até 10 anos devido a exigências em matéria de legislação fiscal.

Os dados pessoais adicionais recolhidos durante o processo de submissão são apagados o mais tardar passados sete dias.

5. Direito de oposição e contestação de uma decisão

O utilizador poderá revogar a sua declaração de consentimento quanto ao tratamento dos dados pessoais em qualquer altura. Os utilizadores que nos contactam por email podem revogar o seu consentimento quanto à conservação dos seus dados pessoais em qualquer altura. No caso de um consentimento ser revogado, a correspondência com o utilizador será terminada.

Neste caso, todos os dados pessoais conservados durante o estabelecimento de contacto serão apagados.

H. Serviços de análise da página web

1. Descrição e âmbito do tratamento de dados

Esta página web usa o Google Analytics, um serviço de análise de páginas web da Google Inc. ("Google"). O Google Analytics usa cookies, ficheiros de texto que são guardados no seu computador e permitem uma análise do seu uso da nossa página web. A informação gerada pelo cookie sobre o seu uso desta página web normalmente é transmitida para um servidor Google nos EUA e conservada lá.

Gostaríamos de salientar que esta página web usa o Google Analytics com a extensão "_anonymizeIp()", ou seja, só endereços IP truncados é que são processados para excluir quaisquer interferências diretas com a pessoa. O seu endereço IP será truncado pela Google num Estado Membro da União Europeia ou em outros estados signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu. Só em casos excepcionais é que o endereço IP completo será enviado para um servidor Google nos EUA e truncado lá.

2. Base jurídica para o tratamento de dados

A base jurídica para o tratamento de dados usando o Google Analytics consta na al. (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD.

3. Finalidade do tratamento de dados

A finalidade do tratamento de dados serve para melhorar de forma sustentável a página web e a experiência do utilizador. O Google usa esta informação em nome do operador desta página web para avaliar o seu uso desta página web, para compilar relatórios sobre as atividades da página web e para fornecer outros serviços ao operador da página web associados ao uso desta página web e da internet. Assim sendo, a nossa empresa celebrou um contrato de tratamento de dados conforme o art. 28º do RGPD.

4. Duração da conservação

Os dados são apagados logo que alcançada a finalidade da sua conservação.

5. Direito de oposição e contestação de uma decisão

O endereço IP enviado do seu navegador como parte do serviço Google Analytics não é combinado com outros dados do Google. Pode ajustar as definições do seu navegador para evitar que cookies sejam guardados no seu computador. Queira notar que assim poderá não ter acesso a todas as funcionalidades oferecidas por esta página web. Pode também evitar a recolha dos seus dados de uso específicos da página web (incl. o seu endereço IP) gerados pelo cookie para a Google e o tratamento destes dados pela Google, descarregando e instalando o plug-in do navegador disponível no link seguinte:

<https://tools.google.com/dlpage/>

I. Direitos do titular dos dados

Se os seus dados pessoais forem tratados, é o titular dos dados nos termos do RGPD. Tem os direitos seguintes perante o responsável pelo tratamento:

1. Acesso à informação

Tem o direito de pedir ao responsável pelo tratamento de dados para confirmar se estamos a processar quaisquer dos seus dados pessoais.

Neste caso, tem o direito de pedir ao responsável pelo tratamento para lhe fornecer a informação seguinte:

- (1) A finalidade do tratamento dos dados pessoais;
- (2) As categorias dos dados pessoais que são tratados;
- (3) O destinatário ou as categorias dos destinatários a quem os seus dados pessoais foram ou serão divulgados;
- (4) O período pretendido para conservar os seus dados pessoais ou, caso não haja nenhuma informação precisa, os critérios para definir o período de conservação;
- (5) A existência do direito de apagamento ou retificação dos seus dados pessoais, o direito de limitação do tratamento de dados por parte do responsável pelo tratamento e o direito de revogar a sua declaração de consentimento para tal tratamento de dados;
- (6) A existência do direito de apresentar uma reclamação a uma autoridade de controlo;
- (7) Toda a informação disponível sobre a origem de quaisquer dados pessoais que não foram recolhidos do titular dos dados;
- (8) A existência de decisões individuais automatizadas, incluindo a elaboração de perfis conforme os nºs 1 e 4 do art. 22 do RGPD e, onde aplicável, informações pertinentes relativamente ao raciocínio lógico envolvido e à magnitude e aos efeitos pretendidos de tal tratamento de dados para o titular dos dados.

Também tem o direito de pedir informações sobre como os seus dados pessoais foram transmitidos a um país terceiro ou a uma organização internacional. A este respeito poderá exigir ser informado sobre as proteções adequadas conforme o art. 46º do RGPD.

2. Direito de retificação

Tem o direito de pedir ao responsável pelo tratamento de dados para retificar ou completar os seus dados se os seus dados pessoais estiverem incorretos ou incompletos. O responsável pelo tratamento de dados tem de retificar os dados sem demora.

3. Direito de limitação do tratamento de dados

Tem o direito de impor a limitação do tratamento dos seus dados pessoais quando:

- (1) contesta a exatidão dos seus dados pessoais e concede ao responsável pelo tratamento de dados o tempo necessário para verificar a exatidão dos dados pessoais;
- (2) o tratamento dos dados pessoais é ilícito e opõem-se ao apagamento dos seus dados pessoais e solicita, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- (3) o responsável pelo tratamento dos dados já não precisa dos dados pessoais para fins de tratamento, mas precisa dos dados para fazer valer, exercer ou defender interesses legais, ou
- (4) se opôs ao tratamento de dados conforme do nº 1 do art. 21º do RGPD e ainda não foi decidido se os interesses legítimos do responsável pelo tratamento dos dados prevalecem sobre os seus.

Se o tratamento dos seus dados pessoais foi limitado, esses dados - exceto a sua conservação - só podem ser tratados com o seu consentimento, para fazer valer, exercer ou defender interesses legais, proteger os direitos de outra pessoa singular ou coletiva ou por motivos ponderosos de interesse público da União Europeia ou de um Estado Membro.

Se a limitação do tratamento de dados nos termos mencionados for alterada, será informado pelo responsável pelo tratamento dos dados antes de ser anulada a limitação.

4. Direito de apagamento

a) Obrigação de apagamento de dados

Pode pedir ao responsável pelo tratamento para apagar imediatamente os seus dados pessoais e o responsável pelo tratamento dos dados tem a obrigação de apagar tais dados sem demora indevida, caso se aplique uma das razões a seguir:

- (1) Os seus dados pessoais deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento.
- (2) Retira o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados nos termos da al. (a) do nº 1 do art. 6º ou al. (a) do nº 2 do art. 9º do RGPD e não existe outro fundamento jurídico para o referido tratamento de dados.
- (3) Opõe-se ao tratamento de dados nos termos do nº 1 do art. 21º do RGPD e não existem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento, ou opõe-se ao tratamento nos termos do nº 2 do art. 21º do RGPD.
- (4) Os seus dados pessoais foram tratados ilicitamente.
- (5) Os seus dados pessoais têm de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica decorrente do direito da União ou de um Estado Membro a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito.
- (6) Os seus dados pessoais foram recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade da informação em conformidade com o nº 1 do art. 8º do RGPD.

b) Notificação posterior de terceiros

Se o responsável pelo tratamento tiver tornado públicos os seus dados pessoais e for obrigado a apagá-los nos termos do nº 1 do art. 17º do RGPD, o responsável pelo tratamento toma as medidas que forem razoáveis, incluindo de carácter técnico, tendo em consideração a tecnologia disponível e os custos da sua aplicação, para informar os responsáveis pelo tratamento efetivo dos dados pessoais de que o titular dos dados lhes solicitou o apagamento de todos links para esses dados pessoais, bem como das cópias ou reproduções dos mesmos.

c) Exceções

Não tem direito de apagamento dos seus dados na medida em que o tratamento dos dados se revele necessário

- (1) ao exercício da liberdade de expressão e de informação;
- (2) ao cumprimento de uma obrigação legal que exija o tratamento dos dados e se encontre prevista pelo direito da União Europeia ou de um Estado-Membro a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito, ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que esteja investido o responsável pelo tratamento dos dados;
- (3) por motivos de interesse público no domínio da saúde pública, nos termos das al. (h) e (i) do nº 2 do art. 9º bem como nº 3 do art. 9º do RGPD;
- (4) para fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos nos termos do nº 1 do art. 89º do RGPD, na medida em que o direito referido na al. a) seja suscetível de tornar impossível ou prejudicar gravemente a obtenção dos objetivos desse tratamento; ou
- (5) para efeitos de fazer valer, exercer ou defender os interesses legais.

5. Direito de notificação posterior

Se exerceu o seu direito de retificar ou apagar os seus dados, ou de impor uma limitação do tratamento de dados perante o responsável pelo tratamento dos dados, o responsável pelo tratamento dos dados é obrigado a notificar todos os destinatários a quem foram divulgados os dados pessoais sobre tal retificação ou apagamento dos seus dados, ou a imposição de

uma limitação do tratamento dos seus dados, exceto quando tal ação se revelar impossível ou implicar um esforço e custos desproporcionados.

Tem o direito de ser informado sobre os destinatários dos seus dados pelo responsável pelo tratamento dos dados.

6. Direito de portabilidade de dados

Tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido a um responsável pelo tratamento de dados, em formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática. Também tem o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir, se:

- (1) o tratamento de dados se basear no consentimento dado nos termos da al. (a) do nº 1 do art. 6º ou al. (a) do nº 2 do art. 9º do RGPD ou num contrato conforme a al. (b) do nº 1 do art. 6º do RGPD, e
- (2) o tratamento for realizado por meios automatizados.

Ao exercer este direito, também tem o direito a que os dados pessoais sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento de dados, sempre que tal seja tecnicamente possível. Este direito não prejudica os direitos e as liberdades de terceiros.

O direito de portabilidade de dados não se aplica ao tratamento necessário para o exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento de dados.

7. Direito de oposição

Tem o direito de se opor em qualquer altura, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito com base na al. (e) ou (f) do nº 1 do art. 6º do RGPD; incluindo a definição de perfis com base nessas disposições.

O responsável pelo tratamento cessará o tratamento dos dados pessoais, a não ser que apresente razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou para efeitos de fazer valer, exercer ou defender interesses legais.

Quando os dados pessoais forem tratados para efeitos de comercialização direta, o titular dos dados tem o direito de se opor em qualquer altura ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito para os efeitos da referida comercialização; o que abrange a definição de perfis na medida em que esteja relacionada com a comercialização direta.

Os seus dados pessoais deixam de ser tratados para comercialização direta caso se oponha ao tratamento para esses efeitos.

No contexto da utilização dos serviços da sociedade da informação, e sem prejuízo da Diretiva 2002/58/CE, poderá exercer o seu direito de oposição por meios automatizados, utilizando especificações técnicas.

8. Direito de retirar a sua declaração de consentimento ao abrigo da lei da proteção

Tem o direito de retirar uma declaração de consentimento dada anteriormente ao abrigo da lei da proteção. A retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

9. Decisões individuais automatizadas, incluindo definição de perfis

Tem o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos legais que lhe digam respeito ou que o afete significativamente de forma semelhante. Isto não se aplica se a decisão:

- (1) for necessária para celebrar ou executar um contrato entre o si e um responsável pelo tratamento dos dados;

- (2) for autorizada pelo direito da União Europeia ou do Estado Membro a que o responsável pelo tratamento estiver sujeito, e na qual estejam igualmente previstas medidas adequadas para salvaguardar os direitos e liberdades e os legítimos interesses do titular dos dados; ou
- (3) for baseada no seu consentimento explícito.

No entanto, as decisões não podem basear-se nas categorias especiais de dados pessoais conforme o nº do art. 9º do RGPD, salvo quando al. (a) ou (g) do nº 2 do art. 9º sejam aplicáveis e sejam aplicadas medidas adequadas para salvaguardar os direitos e liberdades e os legítimos interesses do titular dos dados.

Nos casos a que se referem os pontos 1 e 3, o responsável pelo tratamento tem de implementar medidas adequadas para salvaguardar os seus direitos e liberdades e legítimos interesses, designadamente o direito de, pelo menos, obter intervenção humana por parte do responsável pelo tratamento dos dados, manifestar o seu ponto de vista e contestar a decisão.

10. Direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, tem direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo, em especial no Estado Membro da sua residência habitual, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração, se considerar que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o presente regulamento.

A autoridade de controlo à qual tiver sido apresentada a reclamação informa o autor da reclamação sobre o andamento e o resultado da reclamação, inclusive sobre a possibilidade de intentar ação judicial nos termos do art. 78º do RGPD.

Se pretender opor-se à recolha, ao tratamento ou à utilização dos seus dados pela Wilo nos termos desta Declaração de Proteção de Dados, categoricamente ou pontualmente, pode enviar-nos a sua oposição através de email ou correio normal para os dados de contacto a seguir:

O Encarregado de Proteção de Dados da Bombas WILO-Salmson Portugal, Lda.
Domingos Faria
Via Central de Milheirós, 307
Armazém G
4475-330 Maia
E-mail: data-privacy.pt@wilo.com